

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	30.628/23
Rubrica	Fls: 02

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: a7d7a548-d377-420f-a0f4-de347eff1a1b

Protocolo: Processo Requerimento Nº 030628/2023

Data: 13/11/2023 10:18:10

Origem: ARTCIDADE IND. COM. DE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA.

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: ARTCIDADE IND. COM. DE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA.

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 13/11/2023 10:18:23	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Gerado por: borheryuri@gmail.com

Página 1 de 1

13/11/2023 10:18

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

RECURSO ADMINISTRATIVO.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Ref. ao Pregão Eletrônico nº 213/2023.  
Processo nº 17.098/2023.

ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.138.763/0001-70, situada à Rodovia BR-101, nº 970, KM 163, Centro, Tijucas/SC, CEP: 88.200-00, neste ato representada por sua sócia Priscila Hermes, inscrita no CPF sob o nº 032.132.749-76, vem, respeitosamente, interpor o tempestivo RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### DOS FATOS:

Trata-se de Pregão Eletrônico, autuado sob nº 213/2023, do Processo nº 17.098/2023, no qual tem por objeto a aquisição de peças ornamentais natalinas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

No decorrer do certame, a empresa ISM3 Serviços e Soluções Ltda., inscrita no CNPJ nº 50.696.440/0001-01, foi declarada habilitada e vencedora do item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição:

“Item 23- Aramado cometas de estrela

Descrição: Cometas de estrelas côncavas na medida de 4,18m de altura x 1,64m. A confecção dos cometas deverá ser com ferro tubo redondo 3x3 com 2mm de espessura calandrado. A estrela deverá ser confeccionada com ferro redondo maciço 3/16 com formato côncavo e a base para fixação ao solo com ferro galvanizado cantoneira 3x3 com 3mm de espessura com furos para fixação. A pintura da estrutura deverá ser com tinta automotiva com acabamento brilho na cor dourado. (Todas as medidas podem variar no máximo 10% para mais ou para menos em cada medida)

Todavia, conforme se demonstrará adiante, a empresa vencedora do item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição, não cumpriu os requisitos estabelecidos no Edital e legislação regente, notadamente pelo fato dela não ter apresentado Atestado de Capacidade Técnica nos termos exigidos pelo item 20.1 do Edital.

Sendo assim, serve-se do presente para requerer que seja suspensa a licitação até o julgamento deste recurso, e, consequentemente, seja a empresa ISM3 Serviços e Soluções Ltda. declarada inabilitada e desclassificada.

#### DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

A empresa ISM3 Serviços e Soluções Ltda. deve ser declarada inabilitada e desclassificada quanto ao item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição, pelo fato de não ter apresentado Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao objeto licitado, nos termos exigidos pelo item 20.1 do Edital:

#### 20 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

Remetendo-se ao Edital, observa-se que o item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição, no qual a empresa ISM3 Serviços e Soluções Ltda logrou vencedora, especifica o objeto da seguinte maneira:

“Item 23- Aramado cometas de estrela

Descrição: Cometas de estrelas côncavas na medida de 4,18m de altura x 1,64m. A confecção dos cometas deverá ser com ferro tubo redondo 3x3 com 2mm de espessura calandrado. A estrela deverá ser confeccionada com ferro redondo maciço 3/16 com formato côncavo e a base para fixação ao solo com ferro galvanizado cantoneira 3x3 com 3mm de espessura com furos para fixação. A pintura da estrutura deverá ser com tinta automotiva com acabamento brilho na cor dourado. (Todas as medidas podem variar no máximo 10% para mais ou para menos em cada medida)

Além disso, o item 2.1 do Edital deixa claro que os peças licitadas são de característica natalina.

Entretanto, a vencedora apresentou Atestado de Capacidade Técnica em que a empresa Somac Consultoria e Gestão Empresarial Ltda atestou o fornecimento de serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos, senão vejamos:

#### “ATESTADO DE CAPA CIDADE TÉCNICA

A empresa SOMAC CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 40.182.814/0001-09 com sede à Rua Manoel Delfim Sarmiento nº 509 Bairro Parque Santa Luiza, 1º Distrito de Cachoeiras de Macacu-RJ, CEP 28.680-000 ATESTA para os devidos fins que a empresa

ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº

50.696.440/0001-01, situada à Rua Manoel Delfim Sarmiento nº. 509 Loja 03 Sala 01, Bairro Parque Santa Luiza, Cachoeiras de Macacu-RJ CEP 28.680-000, forneceu serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos no prazo de entrega estabelecido e em conformidade com o contratado.

Atestamos que tais fornecimentos foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Logo, pela simples leitura do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela vencedora, denota-se que não cumpre os requisitos do item 20.1 do Edital, ao passo que nele inexistem (i) a indicação de forma clara do serviço e produto executados; (ii) a indicação das especificações e qualidade dos produtos e serviços executados; e (iii) os prazos de cumprimento.

Ora, não se pode admitir que um Atestado de Capacidade Técnica que apenas informe que a empresa "forneceu serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos no prazo de entrega estabelecido e em conformidade com o contratado" seja capaz de validar a execução do item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição.

Trata-se, em verdade, de atestado genérico! Restam diversas dúvidas: Quais enfeites em aço? Quais as características? Quais eventos? Qual época ocorreram os eventos? Quais as características dos eventos? Onde ocorreram os eventos? Quais os termos contratados? Qual o prazo de entrega?

Não suficiente, o item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição se trata de estrutura Aramado Cometa de Estrelas, confeccionado em ferro, devidamente pintado. Por sua vez, o Atestado de Capacidade Técnica da vencedora apenas confirma a execução de produto em aço.

Sobre isso, colaciona-se entendimento jurisprudencial:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NÃO COMPROVADA. ATESTADO QUE NÃO COMPROVA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS COM CARACTERÍSTICAS E QUANTITATIVO SEMELHANTE AO DA LICITAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1) Para fins de mandado de segurança, autoridade coatora é aquela "que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática" (art. 6º, § 3º, da Lei nº 12.016/09). 2) O mandado de segurança que discute inabilitação da impetrante deve ter como autoridade coatora quem compete à homologação do resultado, e não a Pregoeira, cujas atribuições cessam com o encerramento do certame. Ou seja, tendo sido o Prefeito quem homologou a licitação, deve responder pela sua prática, inclusive porque detém poderes para corrigir eventual ilegalidade. 3) A sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, prescreve que a Administração deve analisar a qualificação técnica dos licitantes, para verificar conhecimento, experiência e corpo técnico suficiente para satisfação do contrato a ser firmado. 4) A capacidade técnica da licitante é aferida mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de bens similares às características, quantidade e prazos com o objeto licitado, consoante estabelece o art. 30, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93. 5) A exigência de capacidade técnica garante a segurança da contratação, a rigor do disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.666/93 e 5º, parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005. 6) Na hipótese, não tendo a impetrante apresentado atestado técnico que comprove o fornecimento de bens semelhantes em características e quantidades ao objeto do Pregão Eletrônico, não há como concluir que a homologação da licitação tenha sido ilegal ou abusiva, por violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. 7) Ordem denegada.

(TJ-AP - MS: 00005168020198030006 AP, Relator: Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 22/01/2020, Tribunal)

Nessa toada, observa-se que a vencedora não logrou êxito em comprovar (e não possui) a sua capacidade técnica para executar o item licitado, o que acarreta a sua desclassificação.

DO PEDIDO:

ISTO POSTO, requer seja CONHECIDO o presente recurso, com a imediata SUSPENSÃO do trâmite da licitação, e, ao final, PROVIDO para que a empresa ISM3 Serviços e Soluções Ltda seja declarada INABILITADA e DESCLASSIFICADA quanto ao item 23, do Anexo I – Termo de Referência para Aquisição, do Edital, com o prosseguimento do certame, convocando os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Tijucas/SC, 10 de novembro de 2023.

---

ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA.  
CNPJ N. 15.138.763/0001-70

Fechar

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**CONTRARRAZÃO :**

A ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 50.696.440/0001-01, neste ato representado pelo sócio IGOR OLIVEIRA GONÇALVES ALMENARA, no CPF nº 142.240.797-71, vem, respeitosamente interpor sua contrarrazão sobre o recurso do pregão 213/2023 sobre o item 23.

**CONTRARRAZÃO:**

1. Todavia, conforme se mostrara adiante a empresa que interpôs o Recurso, e a participante do pregão 213/2023 sobre o processo de número 17.098/2023 foi a MAGIC BOX DECORACOES TEMATICAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 35.419.091/0001-89, neste ato representado por sua sócia MARIAH HERMES ASSINI Sob CPF: 122.721.029-99, sendo que a empresa que realizou o certame de recurso foi a empresa ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 15.188.763/0001-70 sendo representado por sua Sócia PRISCILA HERMES inscrito no CPF: 032.132.749-76, denota se que a empresa que realizou tempestivo recurso administrativo não foi a mesma participante do pregão 213/2023, é pacífico o entendimento jurisprudencial que não se pode exigir ou apresentar resposta de recurso por outra empresa.

Empresa participante do pregão 213/2023: MAGIC BOX DECORACOES TEMATICAS LTDA CNPJ Nº 35.419.091/0001-89

Empresa responsável que realizou o recurso, sendo desconhecida no certame deste pregão: ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMERCIO DECORACOES TEMATICAS LTDA CNPJ:15.188.763/0001-70

2. Inicialmente destaca-se que a finalidade da exigência de comprovação de qualificação técnica é verificar se as licitantes têm condições de executar o objeto licitado, é visto que no edital tal exigência se dá em dois momentos como segue:

Em primeiro momento no bojo do edital do pregão 213/2023 em seu nº 20.1 qualificação técnica que o licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestada fornecida por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, comprovando que forneceu, sem restrição, objeto igual ou semelhante ao descrito no termo de referencia deste pregão 213/2023.

E em um segundo momento a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA apresentou 2 (dois) atestados de capacidade técnica, sendo 1 (um) com fornecimento de serviço de artefatos de enfeites em aço para eventos e o 2 (dois) com serviços artefatos de ferro.

Sendo que no termo de referencia do pregão 213/2023 vem como descrição utilizando se da palavra confecção se denota se que tenha que ser realizado por uma empresa que realiza serviços artefatos de enfeites em aço para eventos. E venho declarar que a solicitação do edital deste pregão solicita se aquisição de peças ornamentais natalinas que se demonstra ser um artefato de vários tipos de composições, sendo que a vossa empresa só participou do item que se relacionava com relação a artefatos de ferro.

"Exigir comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto que será contratado poderá inexoravelmente, excluir potenciais licitantes que teriam condições de atender às necessidade da Administração Pública, em razão de experiência no desenvolvimento de serviços ou produtos similares ao licitado, o que, além de não realizar de forma efetiva os fins da licitação – o princípio da isonomia e a escolha da proposta mais vantajosa –, desatende ao previsto no inciso XXI do art. 37 da Constituição de 1988." (TCEMG – Denúncia nº 812442)"  
Compatível significa similar e, portanto, não implica que o objeto descrito no atestado seja idêntico ao objeto licitado.

Corroborando com o exposto, vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas da União:

"(...) 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. (...)." (TCU – REPR: 01200120027, Relator: Benjamin Zymler, Data de Julgamento: 25/09/2002) (gn). "

**Da contrarrazão:**

Isto posto, requer que seja conhecido que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA tem, com presteza, portando-se com conduta compatível e nos moldes comerciais de excelência em seus serviços prestados. Dentro disso demonstramos a nossa habilitação a resposta de contrarrazão do recurso da empresa MAGIC BOX DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA, e não como foi respondido pela empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA. A empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA solicita o prosseguimento do certame declarando se apto.

ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA  
CACHOEIRAS DE MACACU 11/11/2023


Fechar

A ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 50.696.440/0001-01, neste ato representado pelo sócio IGOR OLIVEIRA GONÇALVES ALMENARA, no CPF nº 142.240.797-71, vem, respeitosamente interpor sua contra razão sobre o recurso do pregão 213/2023 sobre o item 23.


**CONTRARRAZÃO:**

1. Todavia, conforme se mostrara adiante a empresa que interpos o Recurso, e a participante do pregão 213/2023 sobre o processo de número 17.098/2023 foi a **MAGIC BOX DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº **35.419.091/0001-89**, neste ato representado por sua sócia MARIAH HERMES ASSINI Sob CPF: 122.721.029-99, sendo que a empresa que realizou o certame de recurso foi a empresa **ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº **15.188.763/0001-70** sendo representado por sua Sócia PRISCILA HERMES inscrito no CPF: 032.132.749-76, denota se que a empresa que realizou tempestivo recurso administrativo não foi a mesma participante do pregão 213/2023, é pacífico o entendimento jurisprudencial que não se pode exigir ou apresentar resposta de recurso por outra empresa.

**Empresa participante do pregão 213/2023:**

 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b></p> <p align="center"><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>35.419.091/0001-89</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/11/2019
NOME EMPRESARIAL <b>MAGIC BOX DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MAGIC BOX</b>		NOME EPP
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA PRINCIPAL <b>77.29-2-99 - Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente</b>		

**Empresa responsável que realizou o recurso, sendo desconhecida no certame deste pregão:**

 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b></p> <p align="center"><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>15.188.763/0001-70</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/02/2012
NOME EMPRESARIAL <b>ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ARTCIDADE DECORAÇÕES TEMÁTICAS</b>		NOME EPP
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA PRINCIPAL <b>77.29-2-99 - Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente</b>		

2. Inicialmente destaca-se que a finalidade da exigência de comprovação de qualificação técnica é verificar se as licitantes têm condições de executar o objeto licitado, é visto que no edital tal exigência se dá em dois momentos como segue:

Em primeiro momento no bojo do edital do pregão 213/2023 em seu nº 20.1 qualificação técnica que o licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, compravando que forneceu, sem restrição, objeto igual ou semelhante ao descrito no termo de referencia deste pregão 213/2023.

E em um segundo momento a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA apresentou 2 (dois) atestados de capacidade técnica, sendo 1 (um) com fornecimento de serviço de artefatos de enfeites em aço para eventos e o 2 (dois) com serviços artefatos de ferro. Sendo que no termo de referência do pregão 213/2023 vem como descrição utilizando-se da palavra confecção se denota-se que tenha que ser realizado por uma empresa que realiza serviços artefatos de enfeites em aço para eventos. E venho declarar que a solicitação do edital deste pregão solicita-se aquisição de peças ornamentais natalinas que se demonstra ser um artefato de vários tipos de composições, sendo que a vossa empresa só participou do item que se relacionava com relação a artefatos de ferro.

23	<p><b>Aramado cometas de estrelas</b></p> <p><b>Descrição:</b> Cometas de estrelas côncavas na medida de 4,18m de altura x 1,64m. A confecção dos cometas deverá ser com ferro tubo redondo 3x3 com 2mm de espessura calandrado. A estrela deverá ser confeccionada com ferro redondo maciço 3/16 com formato côncavo e a base para fixação ao solo com ferro galvanizado cantoneira 3x3 com 3mm de espessura com furos para fixação. A pintura da estrutura deverá ser com tinta automotiva com acabamento brilho na cor dourado.</p> <p><b>(Todas as medidas podem variar no máximo 10% para mais ou para menos em cada medida)</b></p> <p><b>Guirlandas</b></p>	Unidade	50
----	--	---------	----

"Exigir comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto que será contratado poderá inexoravelmente, excluir potenciais licitantes que teriam condições de atender às necessidades da Administração Pública, em razão de experiência no desenvolvimento de serviços ou produtos similares ao licitado, o que, além de não realizar de forma efetiva os fins da licitação – o princípio da isonomia e a escolha da proposta mais vantajosa –, desatende ao previsto no inciso XXI do art. 37 da Constituição de 1988." (TCMG – Denúncia nº 812442)"

Compatível significa similar e, portanto, não implica que o objeto descrito no atestado seja idêntico ao objeto licitado.

Corroborando com o exposto, vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas da União:

"(...) 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. (...)." (TCU – REPR: 01200120027, Relator: Benjamin Zymler, Data de Julgamento: 25/09/2002) (gn)."

Da contrarrazão:

Isto posto, requer que seja conhecido que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA tem, com presteza, portando-se com conduta compatível e nos moldes comerciais de excelência em seus serviços prestados. Dentro disso demonstramos a nossa habilitação a resposta de contrarrazão do recurso da empresa MAGIC BOX DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA, e não como foi respondido pela empresa ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA. A empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA solicita o prosseguimento do certame declarando-se apto.

ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA  
CACHOEIRAS DE MACACU 11/11/2023

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº213/2023.

Processo Licitatório nº: 17.098/2023

Processo Recurso nº: 30.628/2023

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORNAMENTAIS NATALINAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.138.763/0001-70, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.628/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 07/11/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 17.098/2023, a empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA



**Comissão de Pregão I**

manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

Em síntese, alega a recorrente que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA não atenderia ao exigido pelo item 20.1 do Edital.

**III. DAS CONTRARRAZÕES**

Em síntese, a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA alega que a empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA, que realizou tempestivo recurso administrativo, não foi a mesma participante do pregão 213/2023 e que seria pacífico o entendimento jurisprudencial de que não se poderia exigir ou apresentar resposta de recurso por outra empresa.

Ademais, a finalidade da exigência de comprovação de qualificação técnica seria verificar se as licitantes têm condições de executar o objeto licitado. A obrigatoriedade de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto que será contratado excluiria potenciais licitantes que poderiam atender às necessidades da Administração Pública. Compatível significa similar e, portanto, não implicaria que o objeto descrito no atestado seja idêntico ao objeto licitado.





Comissão de Pregão I

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Precipuamente, cumpre salientar que a legitimidade recursal é atribuída aquele que participa da licitação, em regra, o licitante. Dessa forma, a empresa ARTICIDADE INDÚSTRIA E COMERCIO DECORACOES TEMATICAS LTDA (CNPJ 15.188.763/0001-70) não figura como parte legítima para a interposição de recurso no pregão em comento.

De toda sorte, ratificamos que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA atendem ao item 20.1 do Edital, o qual dispõe que a licitante comprova ter cumprido "de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos".

Enquanto o atestado fornecido pelo Ministério Essencia da Adoração declara que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA "forneceu regularmente serviços de artefatos de ferro e grama sintética, a esta Igreja MINISTERIO ESSENCIA DA ADORAÇÃO, com presteza, portando-se com conduta compatível e nos moldes comerciais de excelência", o atestado fornecido pela empresa Somac Consultoria e Gestão Empresarial LTDA informa o fornecimento de serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos no prazo de entrega estabelecido e em conformidade com o contratado".

Dessa forma, concluímos que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA estaria apta para o fornecimento do item 23 do Pregão Eletrônico nº 213/2023, o qual tem a seguinte especificação: "Cometas de estrelas côncavas na medida de 4,18m de altura x 1,64m. A confecção dos cometas deverá ser com ferro tubo redondo 3x3 com 2mm de espessura calandrado. A estrela deverá ser confeccionada

**Comissão de Pregão I**

com ferro redondo maciço 3/16 com formato côncavo e a base para fixação ao solo com ferro galvanizado cantoneira 3x3 com 3mm de espessura com furos para fixação. A pintura da estrutura deverá ser com tinta automotiva com acabamento brilho na cor dourado”.

**V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 213/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 213/2023.


Nova Friburgo, 13 de novembro de 2023.



Karla Braga Machado  
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I  
Matricula: 990.996



Processo nº 30.628/23

Folha nº 12 Rubrica: 

A Secretaria de Turismo e Marketing de Nova Friburgo, vem, por meio do presente, tomar ciência da manifestação e decisão da Comissão de Pregão I (fls. 08/11), e mediante aos argumentos que levaram a decisão de mérito de negar provimento ao Recurso interposto, esta especializada concorda com a decisão apresentada, pugnando pelo prosseguimento de praxe do processo.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração, e coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Atenciosamente,



---

Renan da Silva Alves  
Secretário de Turismo e Marketing da Cidade  
Mat.: 062.790

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo n.º	30628/23
Fls.	13
Rúb.	

**Relatório de Comprovante de Envio de Atividades****ORIGEM**

Remessa Nº 481.605

Participante SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING

Responsável JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA

Data e Hora 16/11/2023 10:56:01

Nova Friburgo, 16 de novembro de 2023

  
JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA  
SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING**PROTOCOLO**

Protocolo: Processo Requerimento Nº 030628/2023

Origem: ARTCIDADE IND. COM. DE DECORAÇÕES  
TEMATICAS LTDA.Contato: ARTCIDADE IND. COM. DE DECORAÇÕES  
TEMATICAS LTDA.

Requerente: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

**ENCAMINHAMENTO**

Ciência da decisão da comissão de pregão I em relação ao recurso interposto.

**RECEBIMENTO****Para Providências**

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS -  
PROCURADORIA GERAL

Gerado por: juliano.combat@hotmail.com Página 1 de 1

16/11/2023 10:56



Processo: 30628/2023

Folhas N° 14 Rubrica 8

Recorrente: Artcidade Indústria e Comércio de Decorações Temáticas Ltda.

Recorrida: ISM3 Serviços e Soluções Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 213 de 2023 - Processo Licitatório n. 17098/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 213 de 2023 - Processo Licitatório n. 17098/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de peças ornamentais natalinas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/04) que a recorrida, declarada vencedora do item 23, não apresentou atestado de capacidade técnica nos termos exigidos pelo item 20.1 do edital, eis que o referido documento atestou o fornecimento de serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos, ao passo que o edital deixa claro que as peças licitadas são de característica natalina.

A recorrida apresentou contrarrazões às fls. 05/07, combatendo as alegações da recorrente, afirmando que: 1) a empresa recorrente não participou do certame; 2) foram apresentados dois atestados de capacidade técnica, sendo um com fornecimento de serviço de artefatos de enfeites em aço para eventos e outro com serviços de artefato de ferro; 3) a solicitação do edital se refere à peças ornamentais natalinas, demonstrando serem artefatos de vários tipos de composições, sendo que somente participou do item que se relacionava com artefatos de ferro; 4) de acordo com o posicionamento do TCU, por compatível se entende assemelhada, não precisando ser idêntica.

*[Assinatura]*



A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 08/11, negou provimento ao recurso, aduzindo que: 1) a legitimidade recursal é atribuída àquele que participa da licitação e, portanto, a recorrente não figura como parte legítima para a interposição do recurso no pregão em comento; 2) os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida atendem ao item 20.1 do edital, estando a recorrida apta para o fornecimento do item 23.

A Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 12, concordou com a decisão da Comissão de Pregão I de negar provimento ao recurso interposto.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.

## II - DOS FUNDAMENTOS

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

*"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

***I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:***

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;***

***b) julgamento das propostas;***

***c) anulação ou revogação da licitação;***

***d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;***

***e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;***

***e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;***

***f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;***

***[...]***

***§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)***

*h.*





Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;*

*“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

*[...]*

*VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;*

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

*h.*



Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

*Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.*

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana<sup>1</sup>, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

*“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei n° 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.*

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 08/11), negando provimento e encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Turismo acompanhou a decisão pelo desprovimento do recurso (fls. 12).

Quanto à admissibilidade do recurso, verifica-se que a Comissão de Pregão I, embora tenha narrado que a recorrente não figura como parte legítima para a interposição do recurso no pregão em comento, admitiu o recurso e julgou o mérito.

<sup>1</sup> SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.





Cabe ao Pregoeiro realizar o juízo de admissibilidade das intenções de recursos, avaliando a presença dos cinco pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

No caso em exame, verifica-se que a recorrente não é parte legítima para interposição do presente recurso, eis que não participou do certame.

A legitimidade se traduz no interesse de agir, ou seja, o recurso dever ser interposto por aquele que é sucumbente, que foi derrotado em seu interesse. Somente a parte sucumbente possui a legitimidade para interpor recurso.

Salvo melhor juízo, o recurso sequer deveria ter sido recebido. Entretanto, tendo a Comissão analisado o mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

O TCU já se manifestou diversas vezes no sentido de que as exigências de qualificação técnica devem se limitar à serviços semelhantes, e não idênticos ao objeto licitado.

Veja-se o teor do Acórdão 2914/2013<sup>2</sup>:

*ENUNCIADO*

*Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior em obras ou serviços de características semelhantes, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido.*

No mesmo sentido, o Tribunal já se manifestou em diversos Acórdãos:

*ENUNCIADO*

*Em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva, a exemplo da comprovação da realização de serviços de dragagem mediante sucção e recalque, em detrimento de outros sistemas. (Acórdão 1742/2016-Plenário).*

<sup>2</sup>[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/\\*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21925/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-21925/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)



**ENUNCIADO**

Folhas N° 19 Rubrica 8

*A inserção de cláusulas atinentes à qualificação técnica que vedem ou restrinjam a apresentação de atestados técnicos relativos a determinadas tipologias de obras ou serviços de engenharia contraria o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. (Acórdão 2066/2016-Plenário).*

**ENUNCIADO**

*Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de obra, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório. (Acórdão 134/2017-Plenário).*

**ENUNCIADO**

*Em obras aeroportuárias a exigência de qualificação técnica deve-se limitar; nas situações ordinárias, à demonstração de expertise na execução de obras similares ou equivalentes, em respeito ao comando contido no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 2992/2011-Plenário).*

**ENUNCIADO**

*É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior:  
[...]*

*39. Quanto à exigência de que os serviços indicados para qualificação técnica tenham sido realizados exclusivamente em obras de adutora (item 5.3.4.9 do edital), a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de admitir a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, a teor do que dispõe o art. §3º do art. 30 da Lei de Licitações.*

*40. Muito embora a Semar/PI argumente que tal exigência objetiva, em essência, assegurar a contratação de uma empresa capaz de executar a contento as obras, com garantia de qualidade e produtividade, entendo como a unidade técnica que a mesma é ilegal, porquanto não se apresenta cabível quando existem outras obras com características semelhantes às obras de adutoras, a exemplo daquelas relativas a esgotamento sanitário e drenagem.*

*41. Conforme asseverou a instrução, a restrição a obras exclusivamente de adutoras pode afastar do certame empresas que já executaram serviços de assentamento de tubos com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação em apreço, porém não em obras de adutoras, restringido, assim, a competitividade do certame.*

A Lei 8.666/1993, em seu art. 3º, § 1º, inciso I, assim dispõe:

*Art. 3º. [...]*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*





PROCESSO N.º 30628

DIA 17/11/23

Portanto, tendo em vista a vedação de restrição à competitividade do certame, somente são admitidos atestados de capacidade técnica que sejam compatíveis em características similares ao objeto licitado.

Considerando que a Pregoeira ratificou que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida atendem ao disposto no item 20.1 do edital, estando apta para o fornecimento do item 23, esta assessoria não vislumbra qualquer irregularidade passível de alteração do resultado de julgamento.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de novembro de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº213/2023.

Processo Licitatório nº: 17.098/2023

Processo Recurso nº: 30.628/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORNAMENTAIS NATALINAS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA, inscrita no CNPJ: 15.138.763/0001-70, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 30.628/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 07/11/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 17.098/2023, a empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA

Comissão de Pregão I

manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA não atenderia ao exigido pelo item 20.1 do Edital.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA alega que a empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA, que realizou tempestivo recurso administrativo, não foi a mesma participante do pregão 213/2023 e que seria pacífico o entendimento jurisprudencial de que não se poderia exigir ou apresentar resposta de recurso por outra empresa.

Ademais, a finalidade da exigência de comprovação de qualificação técnica seria verificar se as licitantes têm condições de executar o objeto licitado. A obrigatoriedade de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto que será contratado excluiria potenciais licitantes que poderiam atender às necessidades da Administração Pública. Compatível significa similar e, portanto, não implicaria que o objeto descrito no atestado seja idêntico ao objeto licitado.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Precipuamente, cumpre salientar que a legitimidade recursal é atribuída aquele que participa da licitação, em regra, o licitante. Dessa forma, a empresa





Comissão de Pregão I

ARTICIDADE INDÚSTRIA E COMERCIO DECORACOES TEMATICAS LTDA (CNPJ 15.188.763/0001-70) não figura como parte legítima para a interposição de recurso no pregão em comento.

De toda sorte, ratificamos que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA atendem ao item 20.1 do Edital, o qual dispõe que a licitante comprova ter cumprido "de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos".

Enquanto o atestado fornecido pelo Ministério Essencia da Adoração declara que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA "forneceu regularmente serviços de artefatos de ferro e grama sintética, a esta Igreja MINISTERIO ESSENCIA DA ADORAÇÃO, com presteza, portando-se com conduta compatível e nos moldes comerciais de excelência", o atestado fornecido pela empresa Somac Consultoria e Gestão Empresarial LTDA informa o fornecimento de serviços de artefatos de enfeites em aço para eventos no prazo de entrega estabelecido e em conformidade com o contratado".

Dessa forma, concluímos que a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA estaria apta para o fornecimento do item 23 do Pregão Eletrônico nº 213/2023, o qual tem a seguinte especificação: "Cometas de estrelas côncavas na medida de 4,18m de altura x 1,64m. A confeção dos cometas deverá ser com ferro tubo redondo 3x3 com 2mm de espessura calandrado. A estrela deverá ser confeccionada com ferro redondo maciço 3/16 com formato côncavo e a base para fixação ao solo com ferro galvanizado cantoneira 3x3 com 3mm de espessura com furos para

Comissão de Pregão I

fixação. A pintura da estrutura deverá ser com tinta automotiva com acabamento brilho na cor dourado".


V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ARTCIDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 213/2023, e no mérito, subsidiada pelos pareceres da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade (fls. 12) e da Procuradoria Geral do Município (fls. 14 a 20), **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa ISM3 SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 213/2023.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 21 de novembro de 2023.

  
Karla Braga Machado  
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I  
Matricula: 990.996